

NOVOS FLUXOS, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E POLÍTICAS CULTURAIS EM SANTO ANDRÉ

Simone Zárate¹

Resumo: O presente texto busca analisar de que forma a política cultural aplicada pela municipalidade de Santo André na gestão 1997-2000 se relacionou com os novos fluxos culturais e artísticos conformados pela interconexão, pelo fim das monoidentidades e pelas novas maneiras de criação, produção e consumo artísticos e informacionais, e em que medida o planejamento estratégico para cidades globais *Santo André Cidade Futuro* interferiu nesta relação.

Palavras-chave: política cultural, cultura digital, planejamento estratégico.

As políticas culturais como políticas públicas foram se desenvolvendo paralelamente ao estado moderno, porém, a percepção de política cultural como articuladora de diversas ações antes realizadas isoladamente teve início após a Segunda Guerra Mundial, destacando-se a criação do Ministério de Assuntos Culturais da França como marco institucional (BOLÁN, s/d).

Em reunião da UNESCO, realizada em 1967, foi formulada uma das primeiras definições de política cultural:

(...) la suma total de los usos, acciones o ausencia de acciones de una sociedad, dirigidas a la satisfacción de ciertas necesidades culturales a través de la óptima utilización de todos los recursos materiales y humanos disponibles a una sociedad determinada en un momento dado (BOLÁN, s/d)

Em 1987, Canclini definiu políticas culturais como:

(...) el conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social (CANCLINI, 1987, p.26).

No entanto, recentemente o mesmo autor alertou para a necessidade de transição da mesma:

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad. No puede haber políticas sólo nacionales en un tiempo donde las mayores

¹ Mestranda do programa de Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: szarate@usp.br



inversiones en cultura y los flujos comunicacionales más influyentes, o sea las industrias culturales, atraviesan fronteras, nos agrupan y conectan en forma globalizada, o al menos por regiones geoculturales o lingüísticas. Esta transnacionalización crece también, año tras año, con las migraciones internacionales que plantean desafíos inéditos a la gestión de la interculturalidad más allá de las fronteras de cada país (CANCLINI, 2001, p.6)

A intensificação da globalização evidenciou o caráter central e transversal da cultura, bem como o papel das cidades na promoção e manutenção da diversidade, da convivência e dos direitos humanos, ampliando os campos de intervenção das políticas culturais modernas, geralmente limitadas às belas artes e ao patrimônio histórico objetivando a construção de uma identidade nacional. Com o enfraquecimento do Estado-Nação, pensar políticas culturais visando à construção de identidades perdeu o sentido, ainda que concordemos que “o Estado não pode acreditar que a identidade de todo indivíduo seja dinâmica. Esse Estado não quer que a identidade de seus súditos seja dinâmica. Para o Estado, a unidade é a norma” (COELHO, 2008, p.78).

Conforme alerta Canclini, o século 21 exige que as políticas culturais o acompanhem: como satisfazer as necessidades culturais de uma população desterritorializada? Que necessidades são estas? Quais as transformações ocasionadas pelas novas tecnologias nas maneiras de viver, de criar, de se relacionar, de se informar, de produzir e consumir arte? Compreender tais transformações é o primeiro passo para que possamos pensar em políticas culturais contemporâneas. O tema é complexo e requer alterações não apenas na maneira de conceber políticas culturais, mas especialmente na maneira de praticá-las.

O conjunto de intervenções que integra uma política cultural é norteado por estratégias; tais estratégias, bem como as intervenções derivadas destas são interdependentes, sistêmicas; são definidas de acordo com o contexto no qual estão inseridas e estão diretamente relacionadas aos processos de produção simbólica. Ainda que exercidas (e necessárias) em âmbito federal e estadual, é na cidade - onde se vive o cotidiano - que os processos simbólicos são produzidos. Daí a necessidade de políticas culturais locais subsidiadas por diagnósticos, considerando a lógica de que intervenções são realizadas por algum motivo e com algum objetivo.

As novas tecnologias, as migrações e a abertura dos estados ao comércio exterior potencializaram o acesso e a hibridação cultural, ocasionando o que COELHO (2008) denomina “identidades flutuantes”. O multifacetado espaço urbano potencializou o encontro entre tradicional e contemporâneo; entre popular, erudito e massivo; e entre suas fusões; ao mesmo tempo, a fusão de empresas de produtos culturais em

conglomerados transnacionais é considerada uma ameaça à diversidade cultural; a revolução digital está alterando os modos de produção, organização e apropriação do conhecimento como o ocorrido com a invenção da imprensa e, mais recentemente, da comunicação de massa: testemunhamos a diminuição da cultura letrada e a ascensão da cultura audiovisual e hipertextual, novas formas de sociabilidade, novos modos de criação, produção e consumo estéticos, comunicacionais e informacionais.

Nesse contexto, torna-se impensável a formulação de políticas culturais considerando apenas o território físico, visto que o mesmo é perpassado por territórios comunicativos-informacionais-digitais que também interferem na produção simbólica, o que amplia o desafio de formuladores e gestores. Considerar esses outros territórios ao pensar políticas culturais não significa desconsiderar o território físico. A questão é que ao desconsiderar as potencialidades e transformações ocasionadas principalmente pela internet e pelos dispositivos móveis, as políticas culturais se tornarão cada vez mais desconectadas de um mundo conectado.

Além das estruturas impostas pela arquitetura, os circuitos comunicativos quebram barreiras e ressignificam formas e apropriações de lugares, fazendo de skatistas, videomakers, ou *Ipod-flâneur* e de passageiros comuns de quaisquer meios de transporte e de comunicação os experimentadores de pós-subjetividades e de uma metageografia eletronicamente mediadas.
(...) Daqui a necessidade de um novo olhar e de um novo método que não se contente mais com a observação dos fatos sociais, mas que passe a contemplar a conexão e a eletricidade, como elementos constitutivos do social e das subjetividades contemporâneas. (DI FELICE, 2009, p. 169)

Da mesma forma, pensar políticas culturais como instrumento a serviço do *marketing* é ignorar o potencial transformador das ações culturais.

O caso da interferência do planejamento estratégico nas políticas culturais em Santo André durante a gestão 1997-2000 é emblemático, considerando a inovação e a experiência acumulada pelas intervenções culturais realizadas na primeira gestão do Partido dos Trabalhadores na cidade (1989-1992) que, quatro anos depois, caminharam em sentido inverso.

Política cultural e planejamento estratégico em Santo André

A crise ocasionada pelo crescimento desordenado das cidades aliado aos processos globalizadores trouxeram a tona a aplicação do planejamento estratégico para cidades globais, cujo discurso prega que a inserção das cidades no mercado global é a solução para suas crises pós-modernas.

Muitas são as críticas a este modelo de planejamento, considerando que uma de suas faces de sustentação é a utilização do recurso da cultura para a fabricação de um patriotismo de cidade e para oferecer serviços sofisticados aos denominados usuários solventes; outra estratégia é a construção do consenso em torno do projeto de planejamento. Parte da receita seguida pelos administradores é composta pela requalificação da área central (muitas vezes a partir da transferência de população de baixa renda), restauração e visibilidade de patrimônios arquitetônicos, construção de equipamentos culturais de grande porte e segurança garantida no perímetro requalificado. Esta instrumentalização da cultura para a eficácia dos objetivos propostos pelo planejamento leva a população apenas à condição de espectadora/consumidora cultural.

Localizada no ABC paulista, região desenvolvida a partir da implantação do parque industrial e berço do sindicalismo brasileiro, em 1989 a cidade de Santo André passou a ser administrada por Celso Daniel, do Partido dos Trabalhadores. Em Santo André, bem como em outras cidades administradas pelo Partido dos Trabalhadores, as intervenções na área cultural tiveram grande destaque. A partir das diretrizes partidárias “inversão de prioridades e participação popular”, a democratização e a democracia cultural foram construídas e fortalecidas.

Calcadas no direito à cidade, base do programa de governo para Santo André, foram implantadas políticas de cidadania em todas as esferas, como a recuperação do uso de ruas e praças, apropriação dos equipamentos públicos, urbanização de favelas e orçamento participado (embrião do Orçamento Participativo), dentre outras.

O Departamento de Cultura foi reestruturado em termos orçamentários, administrativos e funcionais. A matriz da política cultural foi fundamentada na política de proximidade², tendo à frente o Serviço de Ação Cultural que atuava em 21 Centros Comunitários localizados em bairros. Foram implantados projetos de difusão musical e teatral, escolas públicas de iniciação e de formação artística, realizadas pesquisas e exposições sobre a história da cidade. Destaca-se a implantação do Núcleo de Vídeo, responsável pela videoteca pública, pioneira no país, pela produção de documentários sobre a cidade e pelo projeto *Perua Eletrônica* (Kombi com equipamento audiovisual, que estacionava em locais de grande circulação de pedestres, exibindo vídeos sobre

² “Ações que ocorrem nos bairros, territórios da proximidade, propiciam inter-relações entre os cidadãos, aproximam-se de práticas e consumos culturais, favorecem a participação ativa dos indivíduos na vida cultural da cidade. A cultura nos territórios da proximidade faz emergir novos públicos que realimentam o próprio sistema de produção cultural, além de criar oportunidades para que qualquer indivíduo possa desenvolver suas capacidades expressivas e criativas” (SILVA, 2008, p.6)

temas de interesse social e convidando os transeuntes a participarem da gravação de outros temas).

É importante observar que, livre das amarras da construção uma identidade única e fixa, a ação cultural, desde que entendida como uma ação de proximidade e relacional e que possibilita novos horizontes ao grupo que dela participa, deve ocupar lugar privilegiado nas políticas culturais locais. Diferente da distribuição de ofertas, geralmente centradas em cursos e eventos artísticos como serviços, a ação cultural é realizada por um mediador, que, sempre atento para não cair no dirigismo, oferece os meios para que o grupo ou indivíduos inventem seus próprios fins. A relação entre mediador e grupo não pode ser burocrática, nem vertical: é uma relação horizontal e de confiança. Não se trata de “saber o que é bom para os outros”, mas de troca de conhecimentos. A ação do mediador é detonadora de processos sem fins previsíveis, é uma ação que abre caminhos, que cria novas possibilidades sem que haja imposição de qual caminho seguir, decisão esta que cabe aos participantes da ação (COELHO, 1989).

O projeto cultural aplicado em Santo André na gestão 1989-1992 transformou as relações do poder público com a população, com os criadores e com os intelectuais locais. No entanto, as eleições de 1992 foram ganhas pelo Partido Trabalhista Brasileiro e a cidade passou a ser administrada pela terceira vez por Newton da Costa Brandão. A “triste tradição”³ da instabilidade ocasionou a interrupção de grande parte dos projetos implantados, bem como a extinção de outros.

Em 1996, Celso Daniel, do Partido dos Trabalhadores foi eleito novamente. As transformações sociais e econômicas ocasionadas pela intensificação da globalização alteraram profunda e rapidamente o cenário urbano. O desemprego, a degradação social e ambiental e a queda de arrecadação municipal, ocasionada pelo processo de desindustrialização tornavam-se patentes. O Partido dos Trabalhadores acumulava experiências na administração pública e as prioridades de governo para Santo André centravam sua atuação em cinco grandes eixos: “desenvolvimento econômico sustentado com geração de emprego e renda; qualidade, eficiência e modernização administrativa; participação popular; educação; cidade agradável”.

A atuação da recém-criada Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer⁴ estava inserida no eixo Cidade Agradável, que tinha por diretrizes básicas:

- Afirmação de Santo André enquanto pólo cultural e esportivo;

³ Segundo Albino Rubim, três tristes tradições foram produzidas pelo itinerário das políticas culturais no Brasil: ausência, autoritarismo e instabilidade (RUBIM, 2008, p.185)

⁴ Até 1997 o Departamento de Cultura era subordinado à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. A reforma administrativa separou as secretarias, criando a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

- Garantia de espaço para a participação dos produtores culturais na implementação e formulação de projetos culturais;
- Criação de formas eficientes de captação de recursos junto à iniciativa privada para projetos de cultura, esporte e lazer, a partir dos mecanismos legais existentes;
- Incentivo aos patrocinadores para que invistam na formação e manutenção de equipes esportivas de modo a recuperar a representatividade do esporte competitivo em Santo André (PROGRAMA DE GOVERNO 1997/2000 CELSO DANIEL PREFEITO, 1996, p.39)

A partir da reforma administrativa o Departamento de Cultura foi reestruturado e o Serviço de Ação Cultural, matriz da política cultural da gestão anterior, passou a integrar a Gerência de Ação e Difusão Cultural. Ainda que previsto no Programa de Governo como proposta de ação, o programa de ação cultural nos Centros Comunitários não foi retomado. Os projetos de ação cultural desenvolvidos pela nova Gerência tiveram como público direto algumas tribos urbanas juvenis, como roqueiros, grafiteiros e punks, através da organização de Mostras de Grafite, produção da *Ópera Punk* e shows de rock. A prioridade era o investimento em programas e projetos na área central da cidade e somente a partir de demanda do Orçamento Participativo, em 1998, houve a implantação de um programa denominado descentralização cultural, que oferecia oficinas de arte e eventos em bairros, porém sem a presença do agente cultural⁵. Também a partir de demanda do Orçamento Participativo, houve a modernização da rede de bibliotecas⁶: o acervo, antes fechado, tornou-se aberto e informatizado e algumas unidades passaram a oferecer acesso à internet.

No final de 1997, primeiro ano da gestão, a administração lançou as bases do planejamento estratégico *Santo André Cidade Futuro*. Um dos consultores contratados para a implantação do planejamento foi Jordi Borja, co-autor de relatório para a gestão de cidades, encomendado pela Conferência Habitat 1996 das Nações Unidas, cujo modelo passou a ser utilizado por várias cidades visando sua inserção no mercado global. Tratada como mercadoria, e como qualquer mercadoria a ser consumida, um plano de *marketing* é fundamental para a cidade: externo, para atrair investidores, e interno para dotar a população do “patriotismo de cidade”. Na área cultural, o modelo de planejamento recomenda ofertas que exerçam a atração de investidores, visitantes e

⁵ Na primeira gestão do PT em Santo André (1989-1992) foram contratados 53 agentes e assistentes culturais. Os agentes culturais do Serviço de Ação Cultural trabalhavam nos Centros Comunitários e eram responsáveis pela mediação cultural. Em conjunto com a comunidade elaboravam a programação cultural, sempre mesclando interesses locais com novas propostas artísticas para a comunidade na qual estavam inseridos.

⁶ A Rede de Bibliotecas é composta pela Biblioteca Central, Biblioteca Distrital e dez Bibliotecas Ramais localizadas nos bairros.

usuários solventes, e ofertas que proporcionem a integração e o orgulho cívico da população (BORJA, 1998). A política pública de cultura, ao invés de centrar esforços para satisfazer as necessidades culturais da população, passa a ser utilizada como instrumento de viabilização das condições necessárias ao êxito do planejamento estratégico.

Como afirma Otilia Arantes, o real destinatário do planejamento estratégico é

(...) o usuário solvente, para o qual o chamariz do serviço cultural de alto valor agregado constitui-se na sinalização decisiva. Sendo essa a matriz estrutural, qualquer política, dita ou não compensatória, de investimento social, estará sempre a reboque, com ritmo de maturação a conta-gotas (ARANTES, 2000, p.70)

Centrando esforços para o êxito do projeto *Santo André Cidade Futuro*, a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer passou a exercer a função de executora de grandes eventos objetivando visibilidade: na época, a moda imposta pela mídia era o axé e o pagode, estilos que configuravam o principal projeto de difusão musical, realizado no centro do bairro de maior densidade demográfica da cidade.

As poucas propostas de ação previstas no Programa de Governo que consideravam, ainda que timidamente, as novas dinâmicas culturais e artísticas não saíram do papel ou tiveram breve duração, a exemplo do projeto *Sobre Todas as Coisas*⁷, implantado em 1997 e extinto em 1998. Outras propostas que, desde que inseridas na articulação de ações que uma política cultural exige, poderiam contemplar novos suportes de criação, difusão e apropriação cultural não foram concretizadas:

- Recuperar a Casa do Olhar e a Casa da Palavra: espaços onde o cidadão entrará em contato com o que há de mais avançado no mundo tecnológico na área da programação visual, artes plásticas e literatura;

- Instalar na Casa do Olhar e na Casa da Palavra em parceria com empresas de informática, os equipamentos e as redes para os cidadãos navegarem pelo mundo, a partir de recursos de comunicação de última geração, ligados à internet. (PROGRAMA DE GOVERNO 1997/2000 CELSO DANIEL PREFEITO, 1996, p.39)

Mesmo a modernização da rede de bibliotecas não possibilitou de fato o acesso ao mundo digital, considerando que o projeto *Navegar é Preciso*⁸ não contemplava ações de apoio ao usuário além do acesso aos equipamentos conectados a internet. Ao invés da criação de programas que absorvessem as potencialidades do digital ao mesmo

⁷ O projeto *Sobre Todas as Coisas* era constituído por debates mensais, reunindo debatedores com visões diferentes em torno do mesmo tema, visando fomentar o fluxo e intercâmbio de informações, incentivando a polêmica e procurando temas que refletissem os interesses da sociedade civil (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. [19__])

⁸ “*Navegar é Preciso*: com o objetivo de promover o Serviço de Acesso à Internet, desde 1998, na Biblioteca Nair Lacerda é oferecido um treinamento básico para navegar na internet, em um espaço especialmente preparado para esse fim” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 2004, p.93)

tempo em que ampliassem as capacidades e possibilidades da população, o digital foi utilizado apenas como um novo suporte de conteúdos: no lugar do papel, o CD; no lugar da fita magnética, o DVD; agregada à agenda cultural impressa, a agenda disponível na internet.

Ainda que tenha sido mantida uma programação constante nos equipamentos culturais da área central e programas de incentivo à criação artística, como as Escolas de Iniciação Artística e a Escola Livre de Teatro, a priorização de programas e projetos que proporcionavam visibilidade não considerou a importância do mediador cultural e não foram dirigidos esforços para a circulação de informações pela cidade como aconteceu na primeira gestão do partido, através das políticas de proximidade.

Segundo Canclini, a partir da segunda metade do século 20 o simulacro das monoidentidades não consegue mais se sustentar. Ainda que as cidades propiciem a homogeneização, a partir do consumo, as particularidades da população não são dissolvidas. A cidade é polifônica e as identidades instáveis e mutantes, exigindo políticas multissetoriais:

As políticas culturais mais democráticas e mais populares não são necessariamente as que oferecem espetáculos e mensagens que cheguem à maioria, mas que levam em conta a variedade de necessidades e demandas da população. Nem as elites nem os setores populares, como revela a fragmentação de seus comportamentos, constituem uma massa homogênea. A mesma grande cidade que os massificou, os conectou com uma grande variedade de ofertas simbólicas – nacionais e estrangeiras –, que fomentam, assim, a pluralidade de gostos; requerem, por isso, ações culturais diferenciadas (CANCLINI, 1995, p.108-109)

Ao se limitar aos objetivos do planejamento estratégico *Santo André Cidade Futuro*, a política cultural passou a tratar a cidade como um todo quando é cada vez mais fragmentada, optando pela política do espetáculo enquanto vertentes como a comunicação de massa, as novas tecnologias e a economia cultural foram ignoradas. É importante observar que em 1997, o Núcleo de Vídeo, até então componente da política do Departamento de Cultura, passou a compor a Secretaria de Comunicação, sendo utilizado apenas para o *marketing* da cidade.

A análise discursiva do Programa de Governo e de documentos produzidos no primeiro ano da gestão 1997-2000 sinaliza a intenção de continuidade do projeto cultural praticado na primeira gestão do PT na cidade (1989-1992), cuja premissa era: “criar ‘ilhas de desordem’, para que se cultive o humano no que ele tem de livre e criativo e que se dê a possibilidade de distinguir o oceano das ilhas, dos continentes, do céu e das estrelas” (FRATESCHI, 1993, p.70). No entanto, ao analisar os programas, projetos e ações - especialmente a partir do segundo ano da gestão 1997-2000 -

percebemos a incoerência entre discurso e prática retratada na realização de espetáculos popularescos com poder de atração de multidões em detrimento de investimentos em ações socioculturais e em propostas arriscadamente inovadoras: a criação de “ilhas de desordem” seria incompatível com o consenso tão necessário ao planejamento estratégico *Santo André Cidade Futuro*.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOLÁN, Eduardo Nivón. *Políticas culturales em lo transito de dos siglos*. Posgrado Virtual en Políticas Culturales y Gestión Cultural, [20__]. Não Paginado.

BORJA, Jordy e CASTELLS, Manuel. *Local y Global: la gestión de las ciudades em la era de la información*. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, S.A., 1998.

CANCLINI, Nestor García. *Políticas culturales em América Latina*. México: Editorial Grijalbo S.A., 1987.

_____. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

_____. *Definiciones em transición*. In: MATO, Daniel. *Cultura, política y sociedad: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/mato/cultura.htm>. Acesso em 27/02/2010

COELHO, Teixeira. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

DI FELICE, Massimo. *Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar*. São Paulo: Annablume, 2009.

FRATESCHI, Celso e MOREIRA, Altair José. *Não esquecer o rosto nem a partida. Cultura e ação cultural em Santo André*. In: Revista Pólis: experiências de gestão cultural democrática, nº 12, p. 61-75, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. *SEDAC: Serviço de Difusão e Ação Cultural*. Santo André, [19__]. Não Paginado.

_____. *Biblioteca Municipal de Santo André: 50 anos atuando no cenário cultural*, 2004. 180p.

PROGRAMA DE GOVERNO 1997/2000 CELSO DANIEL PREFEITO. Santo André, 1996. 82p.

RUBIM, A. *Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos*. Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 183-203, jan./jun. 2008.

SOUSA, Lílíana Silva e. *Gestão Cultural na e para a cidade*. Observatório ItauCultural, 2008. Disponível em <http://www.culturaemercado.com.br/post/gestao-cultural-na-e-para-a-cidade/>. Acesso em 24/07/2009.